



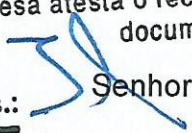
AEPET

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

PETROBRÁS

AGO AGE

Data: 27/08/2021
A Mesa atesta o recebimento deste documento

Ass.:  Senhor Presidente, Senhoras e Senhores acionistas,

Justificação de Voto do Acionista Minoritário AEPET – Associação dos Engenheiros da Petrobrás, na Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária da Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRÁS, realizada em 27/08/2021, a partir das 15:00 h.

O acionista minoritário, Associação dos Engenheiros da Petrobras – AEPET vem se posicionar de forma contrária às propostas de ajuste do orçamento global para remuneração dos membros do comitê de auditoria, bem como dos demais comitês de assessoramento do Conselho de Administração.

A posição da AEPET se baseia no fato de que o orçamento global para fins de remuneração, tanto dos administradores da Companhia, como dos acionistas minoritários estar em total desacordo com o interesse do povo brasileiro, conforme demonstrado abaixo:

1) Em 2010, o Governo brasileiro cedeu à Petrobrás a área da chamada Cessão onerosa, com sete campos para serem explorados com condições especiais e que a Petrobras pagou cerca de US\$ 40 bilhões por ela. A intenção era incentivar a Companhia a investir na exploração e produção desses campos. Na época, a Petrobras passou a investir cerca de US\$ 43 bilhões por ano e descobriu os campos de Libra, Búzios e outros. Hoje, essa reserva total descoberta é estimada em 22 bilhões de barris.

Ocorre que Esses investimentos caíram para os atuais US\$ 8 bilhões por ano apenas. Portanto, não se justifica a isenção da participação especial que, pelo Dec 2705/98, pode chegar a cerca de US\$ 7 bilhões por ano, lesando o Governo, estados e municípios e suas populações.

2) O lucro da Petrobras é alavancado por três fatores, que resultam em grande prejuízo para o povo brasileiro - que é o verdadeiro dono do pré-sal - para a economia e para a própria Petrobras, que perde mercado.

i) O PPI – preço de Paridade de Importação, que penaliza o povo através de preços muito elevados dos combustíveis, o que resulta em uma inflação desordenada dos alimentos, transportes e outros, transferindo renda da população aos administradores e acionistas;

ii) Venda de ativos a preços aviltados para remunerar administradores e acionistas em detrimento do patrimônio do povo brasileiro.

iii) Em recente artigo, o Assessor Legislativo Paulo Cesar Ribeiro Lima mostra que o lucro do segundo trimestre de 2021 é muito mais contábil do que real e afirma: “Apesar do elevado lucro contábil do segundo semestre de 2021, foi o alto EBITDA ajustado de R\$ 110.887 bilhões no 1º semestre de 2021 que criou as



condições de caixa para pagamento de dividendos, gerando uma inadequada associação entre lucro contábil e pagamento de dividendos”.

E acrescenta: “De acordo com a Petrobras, em 30 de junho de 2021, o caixa e equivalentes de caixa eram de R\$ 49,1 bilhões e as disponibilidades ajustadas totalizavam R\$ 52,1 bilhões”. Neste contexto, a empresa informou que seu Conselho de Administração aprovou pagamento de duas antecipações da remuneração aos acionistas relativas ao exercício de 2021, no valor total de 31,6 bilhões. Como cerca de 41% desse total de dividendos deverão ser distribuídos a acionistas estrangeiros e 21% a acionistas privados brasileiros e apenas 38% aos entes federais, há pouco a se comemorar....”

Portanto, o artigo mostra que o ajuste do Orçamento Global para remuneração de administradores e acionistas está totalmente equivocado **não sendo, portanto, passível de aprovação.**

Lembramos que o prejuízo contabilizado do Petrolão, tão explorado pelos defensores da privatização da Petrobrás (a rede Globo p.ex., estampou no Jornal Nacional, por meses, um duto transportando dólares), foi de cerca de R\$ 6 bilhões que, segundo a Petrobras foram quase todos recuperados.

As vendas de ativos efetivadas por Aldemir Bendine, Pedro Parente e Castelo Branco deram um prejuízo que pode chegar na ordem de R\$ 100 bilhões à Companhia. E não se cogita sequer de abertura de inquérito policial. As malhas de gasodutos da NTS e da TAG, por exemplo, levam a Petrobras a pagar cerca de R\$ 6 bilhões por ano, por instalações por ela construída e hoje, obrigada a pagar aluguel a quem não investiu e não correu riscos. As vendas dos campos de Carcará, Lapa e Iara, além das empresas Gaspetro, BR distribuidora, Liquegás e refinarias e outros ativos são atestados de desmandos da direção da Petrobras em detrimento do povo brasileiro.

Portanto, não tem sentido remunerar regidamente administradores que estão dilapidando a Companhia. Quanto à remuneração dos acionistas, decorrente dos critérios de obtenção dos valores a remunerar, o absurdo é ainda maior:

Em, 1999 o presidente da Petrobras vendeu cerca de 40% das ações da Companhia, na Bolsa de Nova Iorque, por míseros US\$ 5 bilhões. Na época calculamos que essas ações valiam mais de US\$ 50 bilhões. Hoje, esses acionistas se tornaram donos de percentual correspondente do pré-sal, sem ter pagado por isto e, mais grave, são remunerados régia e indevidamente por dividendos elevadíssimos prejudicando o povo brasileiro, vítimas de desemprego, fome e subdesenvolvimento.

Por oportuno, queremos cobrar do presidente Joaquim Silva e Luna uma postura à altura dos generais que foram peças importantes na defesa da Petrobras e no seu sucesso como maior empresa do País. São eles:

- Júlio Caetano Horta Barbosa um dos principais mentores da campanha o petróleo é nosso – maior movimento cívico da história do Brasil, que redundou na criação da Petrobrás e do Monopólio Estatal do Petróleo;



- Adhemar de Queiros, que no Governo Castelo Branco foi fundamental no impedimento da privatização da Companhia defendido pelos ministros Roberto Campos e Gouveia de Bulhões.

- Ernesto Geisel em cuja administração foi construído o parque de refino da Companhia e, como presidente da república, efetivou investimentos de US\$ 20 bilhões na exploração de petróleo, contra US\$ 900 milhões das empresas estrangeiras durante a vigência dos famigerados contratos de risco. Geisel, como presidente da República, ainda propiciou um programa de nacionalização que permitiu a criação de 1600 empresas nacionais de fabricação de equipamentos para produção de petróleo e mais 3.500 subfornecedores. O REPETRO, decreto do Governo Fernando Henrique, que isentou as empresas estrangeiras de imposto de importação, inviabilizou essas 5.100 empresas.

Recentemente, o presidente Silva e Luna foi bem informado por nosso diretor Claudio Oliveira, em reunião com os caminhoneiros, sobre todas as falácias, os prejuízos da privatização e a desinformação, que cercam a Companhia. Para completar, acrescentamos que o processo de venda de ativos segue a recomendação do banco americano Credit Suisse First Boston para privatizar a Petrobras: vender os ativos da companhia fatiando-a para a privatização camuflada. Hoje, essa estratégia visa privatizar, mas também entregar as reservas do pré-sal, riqueza fantástica do nosso País. Temos esse documento arquivado na sede da AEPET, já tendo o mesmo traduzido e sido publicado.

Portanto, o general-presidente já tem condições de estancar a sangria e salvar a Companhia do cartel internacional, hoje em franco comando avassalador pela Shell, que adquiriu a COSAN e vem com tudo para abocanhar uma das principais riquezas do nosso País.

Frequentando cursos da Escola Superior de Guerra e da Escola de Comando do Estado Maior do Exército, na Urca, aprendemos que as forças armadas têm o dever de defender a pátria e as suas riquezas.

DIRETORIA DA AEPET